

Pastore: Dinheiro sai até 5ª feira

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, considerou, no início da noite de ontem, "provável" a conclusão dos entendimentos da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira, na próxima quinta-feira, em Nova Iorque, quando voltará a participar de nova reunião do comitê de assessoramento integrado por catorze dos principais bancos internacionais e presidido pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes. Pastore reiterou que o Decreto-lei 2.045 "é um problema interno e não uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI)".

Dentro da expectativa mais otimista do início da noite de ontem, o presidente do Banco Central espera chegar a Washington, no próximo sábado, para as reuniões preparatórias da assembleia anual do FMI, com as negociações encerradas junto aos bancos integrantes do comitê de assessoramento. Para que a reunião de quinta-feira do comitê seja decisiva, desde o encontro anterior da última sexta-feira, o Banco Central vem promovendo "uma série de trabalhos de ajustamentos e esses dados ajustados serão levados de volta aos banqueiros" para o acerto final.

Horas antes, Pastore não manifestou o mesmo otimismo, ao deixar o Ministério da Fazenda, após participar, juntamente com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de almoço com o presidente do Banco de Montreal, William Mulholland. "Filho, é uma coisa que está incerta - respondeu o presidente do Banco Central, ao ser indagado sobre a possibilidade do ingresso de recursos novos, ainda este mês. Negou também

qualquer comentário sobre a informação, publicada na edição de ontem do jornal *Gazeta Mercantil*, de que o volume de compromissos externos em atraso do país subiu para US\$ 3 bilhões: "Essa informação é do jornal e não do Banco Central. A informação do Banco Central está no Banco Central e não tenho nada a dizer.

Apesar de prever a conclusão do acordo com o comitê de assessoramento, na próxima quinta-feira - Pastore viaja amanhã para Nova Iorque o Ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central aproveitarão os sete dias em Washington para, ao longo das reuniões do FMI, "continuar discutindo e negociando". Até o início da noite de ontem, Pastore ainda não tivera do chefe da assessoria internacional da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, José Botafogo Gonçalves, informações sobre os resultados da viagem do assessor da Seplan, também na semana passada, à França para renegociar a dívida de US\$ 7 bilhões de governo a governo com o

Clube de Paris.

No almoço com o presd presidente do Banco de Montreal - um dos bancos integrantes do comitê de assessoramento - segundo Pastore, houve apenas troca de impressões, sem a cobrança de qualquer posicionamento ao banqueiro canadense. Em Caracas, o chefe do departamento de organizações internacionais do Banco Central, Jayr Dezolt, participa hoje e amanhã dos debates, a nível de presidente e técnicos de bancos centrais, sobre as teses da América Latina a serem levadas na assembleia anual conjunta do FMI/Banco Mundial.

No caso particular da carta de intenções do Brasil ao FMI, levada por Pastore a Nova Iorque, na última sexta-feira, o presidente do Banco Central disse que nem a eventual rejeição do Decreto-lei 2.045 - que limita em 80% do Índice Nacional dos Preços ao Consumidor (INPC) os reajustes salariais - prejudicará a sua aprovação pelo Board do fundo.

"O Decreto-lei 2.045 não é uma condicionalidade do FMI e sim um item do programa brasileiro de estabilização. É um problema interno e não imposição do FMI. Se ocorrer uma eventual rejeição do decreto-lei o governo terá apenas que descobrir um outro esquema interno para resolver essa questão. No fundo, a aprovação do decreto-lei é fundamental para o próprio programa interno de estabilização de sua economia" - reiterou Pastore.